



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS**



## **COMISSÃO GERAL DE PARECERES**

**Parecer Nº 042/2025**

**Projeto Nº 038/2025**

**Ementa:** Dispõe sobre a criação de animais no perímetro urbano do Município de Tunas/RS e dá outras providências.

**Origem: Poder Executivo**

### **I – RELATÓRIO:**

Trata-se de projeto de Lei de autoria do Prefeito Municipal, que dispõe sobre a criação de animais no perímetro urbano do Município. Justifica o projeto anotando que a crescente urbanização, o adensando habitacional e as demandas por qualidade de vida exigem do Poder Público o estabelecimento de critérios objetivos para o convívio harmonioso entre a população e a presença de animais em ambiente urbano.

### **II – ANÁLISE:**

A Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal atribuem ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

O artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, anota que: "*Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local*".

No mesmo sentido o artigo 6º, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, prevê que: "*Compete ao Município, no exercício de sua*





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS**



*autonomia: Decretar suas leis, expedir decretos e atos relativos aos assuntos de seu peculiar interesse".*

A matéria em questão enquadra-se no âmbito do interesse local, especialmente considerando os impactos na saúde pública, segurança urbana e equilíbrio ambiental.

Assim, está adequada a iniciativa, de modo que há respaldo legal do Prefeito, como expõe em suas razões.

No caso, conforme referido na justificativa, a crescente urbanização, o adensando habitacional e as demandas por qualidade de vida exigem do Poder Público o estabelecimento de critérios objetivos para o convívio harmonioso entre a população e a presença de animais em ambiente urbano

Da mesma forma, é favorável e legal que estabeleça na esfera municipal normas para a criação, manutenção, reprodução e guarda de animais de pequeno, médio e grande porte no perímetro urbano do Município.

Desse modo, verifica-se que a proposta do Executivo no projeto de lei em apreço representa um avanço no compromisso e na responsabilidade municipal com relação a essa questão.

Quanto à técnica legislativa, a matéria mostra-se perfeita e pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

Portanto, o projeto de lei 038/2025 é regular, legal e constitucional e atende aos interesses da comunidade Tunense.





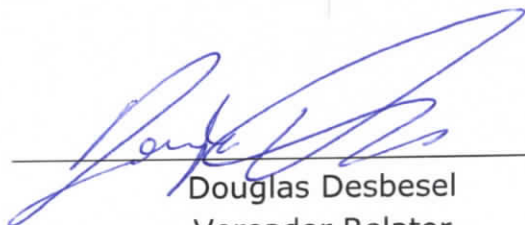
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS**



**III – PARECER DO RELATOR:**

Verificando que o referido Projeto está de acordo com a Legislação, obedece às boas técnicas Jurídicas e o devido processo Legislativo, opino pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Executivo nº 038/2025 e no mérito recomendo sua aprovação

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
Douglas Desbesel  
Vereador Relator







ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNAS**

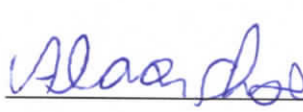
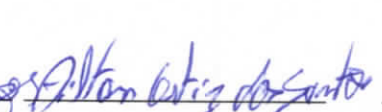



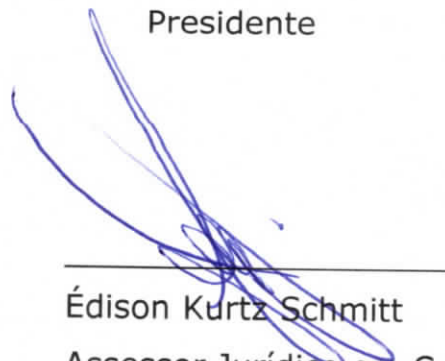
## PARECER FINAL DA COMISSÃO

A Comissão Geral de Pareceres, em reunião realizada no recinto da Câmara no dia 20 de outubro de 2025, às 18 horas e 10 minutos, durante pausa na sessão ordinária, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. No mérito, opinou unanimemente pela **aprovação** do Projeto de Lei do Executivo nº 038/2025.

Estiveram presentes os Senhores Vereadores Alaor Schoeninger, Ailton Ortiz dos Santos e Douglas Desbesel.

Sala das Comissões, em 20 de outubro de 2025.

		
Alaor Schoeninger	Ailton Ortiz Dos Santos	Douglas Desbesel
Presidente	Vice-Presidente	3º membro

  
Édison Kurtz Schmitt  
Assessor Jurídico em Comissão  
OAB/RS 81.756

